



Centro Social Paroquial Paulo VI

Demonstrações Financeiras

31 dezembro de 2016

Índice

Balanço	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas	5
Demonstração dos Resultados por Funções	6
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	9
Anexo	10
1. Identificação da Entidade	10
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	10
3. Principais Políticas Contabilísticas	11
3.1. Bases de Apresentação.....	11
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	13
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	18
5. Ativos Fixos Tangíveis	18
6. Ativos Intangíveis.....	19
7. Inventários.....	20
8. Rédito.....	20
9. Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	21
10. Benefícios dos empregados.....	21
11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	22
12. Outras Informações	22
12.1. Investimentos Financeiros.....	22
12.2. Clientes e Utentes.....	22
12.3. Outras contas a receber.....	23
12.4. Diferimentos	23
12.5. Caixa e Depósitos Bancários	23
12.6. Fundos Patrimoniais	24
12.7. Fornecedores	24
12.8. Estado e Outros Entes Públicos	24
12.9. Outras Contas a Pagar	25
12.10. Fornecimentos e serviços externos	25
12.11. Outros rendimentos e ganhos	25
12.12. Outros gastos e perdas	26
12.13. Resultados Financeiros	26

12.14. Acontecimentos após data de Balanço 27

Balanço

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PAULO VI

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2016	31-12-2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	360.410,21	352.393,50
Bens do património histórico e cultural			
Ativos intangíveis	6	9,21	126,80
Investimentos financeiros	12.1	2.531,00	660,40
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Outros créditos e ativos não correntes			
Subtotal		362.950,42	353.180,70
Ativo corrente			
Inventários	7	609,84	5.370,39
Créditos a receber	12.2/3	435.387,81	6.488,12
Estado e outros Entes Públicos	12.8	1.899,78	1.899,78
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Diferimentos	12.4	1.603,74	2.963,78
Outros ativos correntes			
Caixa e depósitos bancários	12.5	681.145,81	591.218,29
Subtotal		1.120.646,98	607.940,36
Total do Ativo		1.483.597,40	961.121,06
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12.6	28.735,37	28.735,37
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	12.6	631.628,85	627.372,52
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	12.6	116.097,14	113.931,85
Resultado Líquido do período	12.6	104.009,02	7.534,67
Total do fundo do capital		880.470,38	777.574,41
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	12.7/3	2.807,59	317,50
Estado e outros Entes Públicos	12.8	30.920,40	27.875,51
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	12.4	381.111,00	17.988,52
Outros passivos correntes	12.9	188.288,03	137.365,12
Subtotal		603.127,02	183.546,65
Total do passivo		603.127,02	183.546,65
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.483.597,40	961.121,06

Leiria, 3 de março de 2017

Demonstração dos Resultados por Naturezas

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PAULO VI

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	8	357.144,89	357.191,45
Subsídios, doações e legados à exploração	9	1.215.797,88	984.662,06
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(82.642,96)	(75.745,71)
Fornecimentos e serviços externos	12.10	(185.042,83)	(166.622,98)
Gastos com o pessoal	10	(1.270.578,72)	(1.157.866,75)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	12.11	90.302,53	87.081,55
Outros gastos e perdas	12.12	(6.882,02)	(512,00)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		118.098,77	28.187,62
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5/6	(16.897,45)	(27.653,11)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		101.201,32	534,51
Juros e rendimentos similares obtidos	12.13	3.230,61	7.403,85
Juros e gastos similares suportados	12.13	(422,91)	(403,69)
Resultados antes de impostos		104.009,02	7.534,67
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		104.009,02	7.534,67

Leiria, 3 de março de 2017

Demonstração dos Resultados por Funções

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PAULO VI
 DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Creche	Jardim de infância	Atividades de Tempos Livres	Serviço Social	Lar Santa Isabel	Secção da Rua Paulo VI	Património	Sere+	Rede Local de Intervenção Social	PERÍODOS	
											2016	2015
Vendas e serviços prestados	8	153.882,96	153.183,75	22.828,56		27.249,62					357.144,89	357.191,45
Custo das vendas e dos serviços prestados	7	-18.720,98	-23.953,82	-131,54	-15,29	-39.624,80	-9,24			-187,29	-82.642,96	-75.745,71
Resultado bruto		135.161,98	129.229,93	22.697,02	-15,29	-12.375,18	-9,24	0,00	0,00	-187,29	-187,29	281.445,74
Outros rendimentos	12.11	288.016,70	306.676,44	13.979,08	73.353,88	318.785,19	2.929,01		96.188,40	206.171,71	1.306.100,41	1.071.743,61
Gastos de distribuição											0,00	
Gastos administrativos	5/10/12.10	-397.231,09	-351.558,01	-39.198,48	-59.512,48	-341.488,98	-13.744,79	-1.886,69	-61.482,97	-206.415,51	-1.472.519,00	-1.352.142,84
Gastos de investigação e desenvolvimento											0,00	
Outros gastos	12.12	-3.002,84	-3.396,39	-5,51	-15,00	-348,82	-5,00			-108,46	-6.882,02	-512,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		22.944,75	80.951,97	-2.527,89	13.811,11	-35.427,79	-10.830,02	-1.886,69	34.705,43	-539,55	101.201,32	534,51
Gastos de financiamento (líquidos)	12.13	-179,92	2.776,23	-7,14	-2,09	-32,96	266,20			-12,62	2.807,70	7.000,16
Resultados antes de impostos		22.764,83	83.728,20	-2.535,03	13.809,02	-35.460,75	-10.563,82	-1.886,69	34.705,43	-552,17	104.009,02	7.534,67
Imposto sobre o rendimento do período												0,00
Resultado líquido do período		22.764,83	83.728,20	-2.535,03	13.809,02	-35.460,75	-10.563,82	-1.886,69	34.705,43	-552,17	104.009,02	7.534,67

Leiria, 3 de março de 2017

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PAULO VI

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2015

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais		
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	1	12.6	28.735,37		113.559,99	564.094,53				49.175,66	755.565,55		755.565,55
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico					-					-			-
Alterações de políticas contabilísticas										-			-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										-			-
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis										-			-
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis										-			-
Ajustamentos por impostos diferidos										-			-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		12.6			49.175,66					49.175,66			49.175,66
	2		-	-	-	49.175,66	-	-	-	-	49.175,66	-	49.175,66
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3	12.6								7.534,67	7.534,67		7.534,67
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3									7.534,67	7.534,67	-	7.534,67
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO													
Fundos													
Subsídios, doações e legados		12.6			(113.559,99)	14.102,33			113.931,85		14.474,19		14.474,19
Outras operações													
	5		-	-	(113.559,99)	14.102,33	-	-	113.931,85	-	14.474,19	-	14.474,19
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2015	6=1+2+3+4		28.735,37	-	-	627.372,52	-	-	113.931,85	7.534,67	777.574,41	-	777.574,41

Leiria, 3 de março de 2017

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PAULO VI

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2016

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais		
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	6	12.6	28.735,37	-	-	627.372,52	-	-	113.931,85	7.534,67	777.574,41	-	777.574,41
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico									-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas									-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis									-	-	-	-	-
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis									-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos									-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		12.6							7.534,67	7.534,67	-	7.534,67	7.534,67
		7	-	-	-	-	-	-	-	7.534,67	-	-	7.534,67
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		8							104.009,02	104.009,02	-	-	104.009,02
RESULTADO EXTENSIVO		9=7+8							104.009,02	104.009,02	-	-	104.009,02
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO													
Fundos										-	-	-	-
Subsídios, doações e legados										-	-	-	-
Outras operações		12.6				4.256,33		2.165,29		6.421,62	-	6.421,62	6.421,62
		10	-	-	-	4.256,33	-	2.165,29	-	6.421,62	-	-	6.421,62
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2016		6+7+8+10	28.735,37	-	-	631.628,85	-	-	116.097,14	104.009,02	-	-	880.470,38

Leiria, 3 de março de 2017

Demonstração dos Fluxos de Caixa

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PAULO VI DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2016	2015
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes	12.2	357.917,24	360.959,60
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores	12.7	(336.961,18)	(261.893,86)
Pagamentos ao pessoal	12.3/10	(1.237.703,38)	(1.096.121,15)
Caixa gerada pelas operações		(1.216.747,32)	(997.055,41)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos	12.3	1.324.164,42	1.094.457,12
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		107.417,10	97.401,71
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5	(17.976,50)	(30.091,64)
Ativos intangíveis	6	(450,18)	(1.714,25)
Investimentos financeiros	12.1	(1.870,60)	(501,84)
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	5		1.287,47
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares	12.13	3.230,61	
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(17.066,67)	(31.020,26)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares	12.13	(422,91)	(403,69)
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(422,91)	(403,69)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		89.927,52	65.977,76
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período			
		591.218,29	525.240,53
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
		681.145,81	591.218,29

Leiria, 3 de março de 2017

Anexo

1. Identificação da Entidade

O Centro Social Paroquial Paulo VI (CSPPVI) é uma pessoa coletiva religiosa reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) (Decreto-Lei n.º 119/83 de 25 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Lei n.º 172-A/2014), qualificada como Instituição da Igreja Católica, com registo efetuado em 14/01/2016, lavrado pela inscrição n.º 2/16, a fls.103 e 103 verso no Livro nº 7 das Fundações de Solidariedade Social, que adota a forma de Centro Social Paroquial, com sede no Largo Cónego Maia, 2400-175 Leiria, união de freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes e concelho de Leiria.

As atividades principais desenvolvidas pelo CSPPVI, com acordo de cooperação com a Segurança Social (SS) em 2016, foram a Creche, cujo acordo contempla 90 utentes, Jardim de Infância, com acordo com a SS, para 125 utentes, Centro de Atividades de Tempos Livros, com acordo com a SS, para 28 utentes, Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS), Lar Santa Isabel, comparticipada pela SS, em 40 utentes e o Sere+. No final do ano de 2015, foi ainda estabelecido protocolo para o desenvolvimento da Rede Local de Integração Social (RLIS).

A par destas atividades, a instituição tem também em funcionamento outras atividades complementares e de apoio à comunidade, a secção da Rua Paulo VI e a atividade Património. Estas atividades, são exercidas para que a instituição possa prosseguir os seus objetivos, que se podem resumir na boa prestação de apoios sociais à população da freguesia, nomeadamente a mais carenciada.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, com as necessárias alterações, produzidas pelo Decreto-Lei n.º 978/2015, de 2 de junho. O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;

- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em “*Resultados Transitados*”.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” (Nota 12 – 12.2 e 12.8) e “*Diferimentos*” (Nota 12 – 12.3)

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;

- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	6 e 50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	4, 5 e 3
Programas de Computador	3

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.2. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio

- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a receber

Os “*Clientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor, bem como depósitos bancários de longo prazo.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Os “*Encargos Financeiros*” de “*Empréstimos Obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente

relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.2.6. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5%, sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e

cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2013 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

Ou

As alterações de políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros tiveram os seguintes efeitos:

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2015						
	Saldo em 01-Jan-2015	Aquisições / Dotações	Abates/Ref orço	Transferências / Desreconheci mento	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2015
Custo						
Terrenos e recursos naturais			-	-	-	-
Edifícios e outras construções	502.459,24		-	-	-	502.459,24
Equipamento básico	332.453,20	675,62	(1.963,09)	-	-	331.165,73
Equipamento de transporte	109.000,80	4.700,00	-	-	-	113.700,80
Equipamento biológico			-	-	-	-
Equipamento administrativo	66.066,58	6.821,08	-	-	-	72.887,66
Outros Ativos fixos tangíveis	724,22		-	-	-	724,22
Total	1.010.704,04	12.196,70	(1.963,09)	-	-	1.020.937,65
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	171.530,51	10.049,18	-	-	-	181.579,69
Equipamento básico	320.708,24	3.238,25	-	-	-	323.946,49
Equipamento de transporte	89.373,38	4.003,81	-	-	-	93.377,19
Equipamento biológico			-	-	-	-
Equipamento administrativo	61.538,02	7.528,32	-	-	-	69.066,34
Outros Ativos fixos tangíveis	488,85	85,59	-	-	-	574,44
Total	643.639,00	24.905,15	-	-	-	668.544,15

31 de Dezembro de 2016

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Alienações/ Abates	Transferências /Desreconheci mento	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	502.459,24	22.236,31	-	-	-	524.695,55
Equipamento básico	331.165,73	1.071,83	-	-	-	332.237,56
Equipamento de transporte	113.700,80	-	-	-	-	113.700,80
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	72.887,66	1.038,25	-	-	-	73.925,91
Outros Ativos fixos tangíveis	724,22	-	-	-	-	724,22
Total	1.020.937,65	24.346,39	-	-	-	1.045.284,04
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	181.579,69	10.512,44	-	-	-	192.092,13
Equipamento básico	323.946,49	3.482,76	-	-	-	327.429,25
Equipamento de transporte	93.377,19	940,00	-	-	-	94.317,19
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	69.066,34	1.308,89	-	-	-	70.375,23
Outros Ativos fixos tangíveis	574,44	85,59	-	-	-	660,03
Total	668.544,15	16.329,68	-	-	-	684.873,83

6. Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2015

	Saldo em 01-Jan-2015	Aquisições / Dotações	Alienações/A bates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2015
Custo						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	6.282,97	424,35	-	-	-	6.707,32
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	6.282,97	424,35	-	-	-	6.707,32
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	5.795,65	784,87	-	-	-	6.580,52
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	5.795,65	784,87	-	-	-	6.580,52

31 de Dezembro de 2016

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Alienações/A bates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	6.282,97	874,53	-	-	-	7.157,50
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	6.282,97	874,53	-	-	-	7.157,50
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	5.795,65	1.352,64	-	-	-	7.148,29
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	5.795,65	1.352,64	-	-	-	7.148,29

7. Inventários

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2016 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2015	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2015	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2016
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2.938,40	78.177,70	-	5.370,39	77.882,41	-	609,84
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	2.938,40	78.177,70	-	5.370,39	77.882,41	-	609,84
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				75.745,71			82.642,96
Variações nos inventários da produção				-			-

8. Rédito

Para os períodos de 2015 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2016	2015
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	357.144,89	357.191,45
Quotas dos utilizadores	340.989,86	339.956,70
Quotas e Jóias	-	108,00
Promoções para captação de recursos	-	-
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	-
Outras	16.155,03	17.126,75
Juros	-	-
<i>Royalties</i>	-	-
Dividendos	-	-
Total	357.144,89	357.191,45

9. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2015 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2016	2015
Subsídios do Governo	1.215.797,88	984.662,06
Centro Regional de Segurança Social	981.850,21	966.236,66
Município	1.150,20	51,00
IEFP	17.574,32	14.444,67
RLIS	206.088,61	
Outros	9.134,54	3.929,73
Apoios do Governo	-	-
...	-	-
...	-	-
...	-	-
...	-	-

10. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos/sociais, nos períodos de 2015 e 2016, foram 13 em ambos os períodos, com a seguinte composição:

Descrição	2016	2015
Direção		
Presidente	1	1
Vice presidente	1	1
Secretário	1	1
Tesoureiro	1	1
Vogais	3	3
Conselho Fiscal		
Presidente	1	1
Vogais	2	2

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2015 foi de 85 e em 2016 foi de 97.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao Pessoal	1.036.650,90	950.776,45
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações	2.400,00	
Encargos sobre as Remunerações	217.590,63	198.695,22
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	10.062,67	5.060,48
Gastos de Acção Social		
Outros Gastos com o Pessoal	3.874,52	3.334,60
Total	1.270.578,72	1.157.866,75

11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1. Investimentos Financeiros

Para os períodos de 2015 e 2016 a rubrica “Investimentos Financeiros” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Outros Investimentos Financeiros	2.531,00	660,40
Fundos Compensação do Trabalho	2.531,00	660,40
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	2.531,00	660,40

12.2. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2015 e 2016 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Cientes e Utentes c/c	1.828,35	2.619,15
Clientes	-	-
Utentes	1.828,35	2.619,15
Cientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Cientes e Utentes factoring	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Cientes e Utentes cobrança duvidosa	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	1.828,35	2.619,15

12.3. Outras contas a receber

A rubrica “*Outras contas a receber*” tinha, em 31 de dezembro de 2015 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
Adiantamentos ao pessoal	-	-
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	2.607,65	2.611,31
Outros Devedores	430.951,81	1.257,66
Perdas por Imparidade	-	-
Total	433.559,46	3.868,97

12.4. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2016, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Gastos a reconhecer		
Seguros	1.025,94	1.491,13
Produtos limpeza	449,20	1.344,05
Outros	128,60	128,60
Total	1.603,74	2.963,78
Rendimentos a reconhecer		
Mensalidades de utentes	16.492,61	17.988,52
Poise	364.618,39	-
		-
Total	381.111,00	17.988,52

12.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2015 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2016	2015
Caixa	2.930,93	2.848,99
Depósitos à ordem	349.519,85	161.063,28
Depósitos a prazo	328.695,03	427.306,02
Outros	-	-
Total	681.145,81	591.218,29

12.6. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2016	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2016
Fundos	28.735,37	-	-	28.735,37
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	627.372,52	4.256,33	-	631.628,85
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	113.931,85	2.165,29	-	116.097,14
Resultado líquido	7.534,67	104.472,28	7.534,67	104.472,28
Total	777.574,41	110.893,90	7.534,67	880.933,64

12.7. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c	2.807,59	317,50
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	2.807,59	317,50

12.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.899,78	1.899,78
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	1.899,78	1.899,78

Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	7.337,50	5.972,30
Segurança Social	23.392,05	21.819,73
Outros Impostos e Taxas	190,85	83,48
Total	30.920,40	27.875,51

12.9. Outras Contas a Pagar

A rubrica “*Outras contas a pagar*” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal		163.451,72		132.584,33
Remunerações a pagar		163.451,72		132.584,33
Cauções				
Outras operações				
Perdas por Imparidade acumuladas				
Fornecedores de Investimentos		22.236,31		2.162,34
Credores por acréscimos de gastos		2.600,00		2.600,00
Outros credores				
Adiantamentos de clientes e utentes				18,45
Total	-	188.288,03	-	137.365,12

12.10. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “*Fornecimentos e serviços externos*” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	41.430,88	51.619,37
Materiais	8.373,59	6.321,42
Energia e fluidos	42.558,80	43.814,18
Deslocações, estadas e transportes	2.658,26	1.340,93
Serviços diversos (*)	90.021,30	63.527,08
Rendas	26.091,20	7.086,54
Limpeza, higiene e conforto	15.044,99	11.250,12
Material didático	26.397,41	25.660,53
Total	185.042,83	166.622,98

(*) Discriminar as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

12.11. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “*Outros rendimentos e ganhos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Rendimentos Suplementares	12.028,81	3.204,21
Descontos de pronto pagamento obtidos	5,94	167,10
Recuperação de dívidas a receber		8,97
Ganhos em inventários	21.330,02	33.171,07
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	199,88	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	159,96
Outros rendimentos e ganhos	56.737,88	50.370,24
Total	90.302,53	87.081,55

12.12. Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	-	-
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	20,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas	6.882,02	492,00
Total	6.882,02	512,00

12.13. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2015
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,04	56,15
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	422,87	347,54
Total	422,91	403,69
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	3.230,61	7.403,85
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	3.230,61	7.403,85
Resultados financeiros	2.807,70	7.000,16

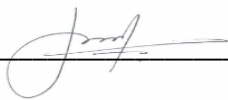
12.14. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data, quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Leiria, 3 de março de 2017

O Contabilista Certificado



A Direção
